



# Diário Oficial Jarinu

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

Praça Francisco Alves Siqueira Junior, 111 -  
Jardim da Saúde. Jarinu/SP  
CEP 13240-000

(11) 4016-8200  
[www.jarinu.sp.gov.br](http://www.jarinu.sp.gov.br)

14 novembro 23

Edição nº 213

Página 1 de 9

## SUMÁRIO

GOVERNO   Leis Municipais .....	2
GOVERNO   Sindicâncias Administrativas .....	6
ADMINISTRAÇÃO   Compras, Licitações e Contratos .....	6
ADMINISTRAÇÃO   Portarias .....	7
CONSELHOS MUNICIPAIS   Atos dos Conselhos .....	8

## EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Jarinu, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

## ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Jarinu poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://jarinu.sp.gov.br/diariooficial>. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

## ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Jarinu  
CNPJ: 45.780.079/0001-59  
Endereço: Praça Francisco Alves  
Siqueira Junior, 111 - Jardim da Saúde.  
Jarinu/SP  
Telefone: (11) 4016-8200

Câmara Municipal de Jarinu  
CNPJ: 01.569.688/0001-98  
Endereço: Rua Antônio de Aguiar  
Peçanha, 200 - Jardim da Saúde.  
Jarinu/SP  
Telefone: (11) 4016-4330



## GOVERNO | Leis Municipais

### Lei nº 2253 de 09 de Novembro de 2023

“Dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública Municipal, previstos na Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017 e dá outras providências.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Esta Lei regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal direta e indireta, a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário de serviços públicos da Administração Pública, de que trata o inciso I do §3º do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, consideram-se:

I- Administração Pública: órgão, setor ou entidade integrante da Administração Pública Municipal, direta ou indireta;

II- Agente público: quem exerce cargo, emprego ou função pública, na Administração Pública, direta ou indireta;

III- Manifestação: denúncia, elogio, reclamação, solicitação, sugestão e demais pronunciamentos de usuários que possam ser classificados pelas ouvidorias públicas municipais, que tenham como objeto a prestação de serviços públicos e a conduta de agentes públicos na prestação e fiscalização de tais serviços;

IV- Política Pública: conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pela Administração Pública Municipal, direta ou indireta, com a participação de entes públicos ou privados, que visam a assegurar determinado direito de cidadania, a determinado segmento de atendimento;

V- Serviço Público: atividades exercidas pela Administração Pública Municipal, direta e indireta, mediante concessão, permissão, autorização ou qualquer outra forma de delegação por ato administrativo, contrato ou convênio;

VI- Usuário: pessoa física ou jurídica que se beneficia ou utiliza, efetiva ou potencialmente, de serviço ou atendimento de agente público ou da Administração Pública Municipal.

Parágrafo Único. O acesso do usuário a informações será regido pelos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º. Com periodicidade mínima anual, a Administração Pública, direta e indireta, deve publicar Carta de Serviços ao Usuário, com quadro geral dos serviços públicos prestados, especificação dos órgãos ou entidades responsáveis por sua realização e a autoridade administrativa a quem estão

subordinados ou vinculados.

Art. 4º. Os serviços públicos e o atendimento do usuário devem ser realizados de forma adequada, observados os princípios da regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência, cortesia e de forma desburocratizada.

## Capítulo I

### Dos Direitos Básicos e Deveres dos Usuários

Art. 5º. O usuário de serviço público tem direito à sua adequada prestação, devendo os agentes e prestadores de serviços públicos observarem as seguintes diretrizes:

I- adequação entre meios e fins, vedada a imposição de exigências, obrigações, restrições e sanções não previstas na legislação;

II- adotar medidas que visem a proteção à saúde e à segurança dos usuários;

III- atendimento por ordem de chegada, ressalvados casos de urgência e aqueles em que houver possibilidade de agendamento, asseguradas as prioridades legais às pessoas com deficiência, a idosos, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo;

IV- buscar soluções tecnológicas que visem simplificar processos e procedimentos de atendimento ao usuário, para propiciar melhores condições para o compartilhado de informações;

V- cumprir prazos e normas procedimentais;

VI- dar observância aos códigos de ética ou de conduta aplicáveis às várias categorias de agentes públicos;

VII- definir, dar publicidade e observar horários e normas compatíveis com o bom atendimento ao usuário;

VIII- eliminar formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido;

IX- estimular urbanidade, respeito, acessibilidade e cortesia no atendimento dos usuários;

X- manter instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento;

XI- presumir a boa-fé do usuário;

XII- promover a igualdade no tratamento aos usuários, vedado qualquer tipo de discriminação;

XIII- utilizar de linguagem cidadã, que seja simples e compreensível ao usuário, evitando o uso de siglas, jargões e estrangeirismos;

XIV- vedar a exigência de nova prova sobre fato já comprovado em documentação válida apresentada;



## Art. 6º. São direitos básicos do usuário:

I- o acesso e a obtenção de informações relativas à sua pessoa constantes de registros da Administração Pública Municipal, observado o disposto no inciso X do caput do art. 5º da Constituição Federal e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – alterada pela Lei 13.853, de 08 de julho de 2019;

II- atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade;

III- obtenção e utilização de serviços com liberdade de escolha entre os meios oferecidos e sem discriminação, respeitadas a isonomia e de forma que não prejudique a prestação do serviço público;

IV- participação no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços;

V- proteção de suas informações pessoais, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – alterada pela Lei 13.853, de 08 de julho de 2019;

VI- obtenção de informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação do serviço, assim como sua disponibilização na internet, especialmente sobre:

a) horário de funcionamento das unidades administrativas;

b) serviços prestados pelo órgão ou entidade, sua localização exata e a indicação do setor responsável pelo atendimento ao público;

c) acesso ao agente público ou ao órgão encarregado de receber manifestações;

d) situação de tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado;

e) valor das taxas e tarifas cobradas pela prestação dos serviços, contendo informações para a compreensão exata da extensão do serviço prestado.

VII- comunicação prévia da suspensão da prestação de serviço.

## Art. 7º. São deveres do usuário:

I- colaborar para a adequada prestação do serviço público;

II- preservar as condições dos bens públicos, por meio dos quais lhe são prestados os serviços;

III- dispor das informações pertinentes ao serviço prestado, quando solicitadas;

IV- utilizar adequadamente os serviços, procedendo com urbanidade e boa fé.

## Capítulo II

## Das Manifestações dos Usuários de Serviços Públicos

Art. 8º. Para garantir seus direitos, o usuário pode apresentar manifestações à Administração Pública acerca da prestação de serviços e agentes públicos.

Art. 9º. A manifestação deverá ser dirigida à ouvidoria do órgão ou entidade responsável e conter a identificação do requerente.

§1º A identificação do requerente não deve ter exigências que inviabilizem sua manifestação.

§2º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da apresentação de manifestações perante a ouvidoria.

§3º A manifestação pode ser feita por meio eletrônico, correspondência convencional ou verbalmente, hipótese em que deverá ser reduzida a termo.

§4º No caso de manifestação por meio eletrônico, prevista no §3º deste artigo, respeitada a legislação específica de sigilo e proteção de dados, pode a administração pública ou sua ouvidoria requerer meio de certificação da identidade do usuário.

§5º Os órgãos e entidades públicos abrangidos por esta Lei devem colocar à disposição do usuário formulários simplificados e de fácil compreensão para a apresentação do requerimento previsto no caput, facultada ao usuário sua utilização.

§6º A identificação do requerente é informação pessoal protegida com restrição de acesso nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – alterada pela Lei 13.853, de 08 de julho de 2019.

§7º Os cadastros, os formulários, os sistemas e outros instrumentos exigidos dos usuários para a prestação de serviço público deverão disponibilizar campo para registro do número de inscrição no CPF, de preenchimento obrigatório para cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, que será suficiente para sua identificação.

§8º O número de inscrição no CPF poderá ser declarado pelo usuário do serviço público, desde que acompanhado de documento de identificação com fé pública, nos termos da lei.

§9º A Administração Pública poderá dispor sobre casos excepcionais ao previsto no caput deste artigo.

Art. 10. Em nenhuma hipótese pode ser recusado o recebimento de manifestações formuladas nos termos desta Lei, sob pena de responsabilidade do agente público.

Art. 11. Os procedimentos administrativos relativos à análise das manifestações observarão os princípios da eficiência e da celeridade, visando a resolução.



Parágrafo Único. A efetiva resolução das manifestações dos usuários compreende:

I- recepção da manifestação no canal de atendimento adequado;

II- emissão de comprovante de recebimento da manifestação;

III- análise e obtenção de informações, quando necessário;

IV- decisão administrativa final;

V- ciência ao usuário.

Art. 12. As ouvidorias terão como atribuições precípua, sem prejuízo de outras estabelecidas em regulamento específico:

I- acompanhar a prestação dos serviços, visando a garantir a sua efetividade;

II- auxiliar na prevenção e correção dos atos e procedimentos incompatíveis com os princípios estabelecidos nesta Lei;

III- promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes;

IV- promover a participação do usuário na Administração Pública, em cooperação com outras entidades de defesa do usuário;

V- propor a adoção de medidas para a defesa dos direitos do usuário, em observância às determinações desta Lei;

VI- propor aperfeiçoamentos para prestação de serviços públicos;

VII- acolher, analisar e encaminhar às autoridades competentes as manifestações, acompanhando o tratamento e a conclusão das manifestações de usuário perante órgão ou entidade a que se vincula.

Art. 13. Com vistas à realização de seus objetivos, as ouvidorias deverão:

I- acolher, analisar e responder, por meio de mecanismos proativos e reativos, as manifestações encaminhadas por usuários de serviços públicos;

II- elaborar, anualmente, relatório de gestão, que deverá consolidar as informações mencionadas no inciso I deste artigo, e, com base nelas, apontar falhas e sugerir melhorias na prestação de serviços públicos.

Art. 14. O relatório de gestão de que trata o inciso II do art. 13 deverá indicar, ao menos:

I- o número de manifestações recebidas no ano anterior;

II- os motivos das manifestações;

III- a análise dos pontos recorrentes;

IV- as providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas.

Parágrafo único. O relatório de gestão será:

I- encaminhado à autoridade máxima do órgão a que pertence a unidade de ouvidoria;

II- disponibilizado integralmente na internet.

Art. 15. A ouvidoria encaminhará a decisão administrativa final ao usuário, observado o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período.

Parágrafo Único. Observado o prazo previsto no caput, a ouvidoria poderá solicitar informações e esclarecimentos diretamente a agentes públicos do órgão ou entidade a que se vincula, e as solicitações devem ser respondidas no prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período.

Art. 16. Atos normativos específicos da administração pública direta ou indireta disporão sobre a organização e o funcionamento de suas ouvidorias.

Art. 17. Os órgãos e entidades abrangidos por esta Lei devem divulgar e manter atualizada a Carta de Serviços ao Usuário.

§1º A Carta de Serviços ao Usuário tem por objetivo informar o usuário sobre os serviços prestados pelo órgão ou entidade, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

§2º A Carta de Serviços ao Usuário deve trazer informações claras e precisas em relação a cada um dos serviços prestados, apresentando, no mínimo, informações relacionadas a:

I- forma de prestação do serviço;

II- locais e formas para o usuário apresentar eventual manifestação sobre a prestação do serviço;

III- previsão de prazo máximo para a prestação do serviço;

IV- principais etapas ao processamento do serviço;

V- requisitos, documentos, formas e informações necessárias para acessar o serviço;

VI- serviços oferecidos.

§3º Além das informações descritas no § 2º, a Carta de Serviços ao Usuário deve apresentar os compromissos e padrões de qualidade do atendimento relativos, no mínimo, aos seguintes aspectos:

I - mecanismos de comunicação com os usuários;

II- mecanismos de consulta, por parte dos usuários, acerca do andamento do serviço solicitado e de eventual manifestação;





III- previsão de tempo para atendimento;

IV- prioridades de atendimento;

V- procedimentos para receber e responder as manifestações dos usuários.

§4º A Carta de Serviços ao Usuário deve ter atualização periódica e permanente divulgação mediante publicação em sítio eletrônico do órgão ou entidade na internet, mantido pela Administração Pública.

## Capítulo III

### Do Conselho Municipal de Usuários

Art. 18. O Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos, órgão previsto na Lei Federal nº 13.460/2017, é instituído no Município de Jarinu, sem embargos a outras formas de participação dos usuários no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços públicos previstas na legislação.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos é um órgão consultivo vinculado à Ouvidoria Municipal, sendo dotado das seguintes atribuições:

I- acompanhar a prestação dos serviços;

II- participar na avaliação dos serviços;

III- propor melhorias na prestação dos serviços;

IV- contribuir na definição de diretrizes para o adequado atendimento ao usuário;

V- acompanhar e avaliar a atuação do ouvidor.

Art. 19. O Conselho Municipal de Usuários, observados os critérios de representatividade e pluralidade das partes interessadas, terá composição paritária de titulares com seus respectivos suplentes e será composto da seguinte forma:

I- 03 (três) representantes do Poder Público, sendo:

a) 01 (um) representante do Gabinete da Prefeita / Ouvidoria Municipal;

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Governo e Planejamento;

II- 03 (três) representantes dos usuários dos serviços públicos.

§1º Os representantes titulares e suplentes do Poder Público serão indicados pela administração municipal, através dos titulares de cada órgão.

§2º Os representantes dos usuários serão escolhidos de forma

transparente e mediante edital de chamamento público, devendo ser observados os critérios de representatividade e pluralidade das partes interessadas, com vistas ao equilíbrio em sua representação.

§3º A escolha dos representantes dos usuários conforme edital previsto no parágrafo 2º deste artigo, dependerá da avaliação dos seguintes requisitos:

I- residência ou domicílio no município;

II- usuário do serviço público no âmbito da sua inscrição;

III- não ser agente público e não possuir qualquer vínculo com o Poder Público.

Art. 20. A participação do usuário no conselho é considerada relevante interesse público, além de ser honorífica e sem remuneração.

Art. 21. A organização e o funcionamento do conselho serão dispostos em regulamento específico.

## Capítulo IV

### Da Avaliação Continuada dos Serviços Públicos

Art. 22. Os órgãos e entidades públicos abrangidos por esta Lei deverão avaliar os serviços prestados, nos seguintes aspectos:

I- cumprimento dos compromissos e prazos definidos para a prestação dos serviços;

II- medidas adotadas pela administração pública para melhoria e aperfeiçoamento da prestação do serviço.

III- qualidade do atendimento prestado ao usuário;

IV- quantidade de manifestações de usuários;

V- satisfação do usuário com o serviço prestado.

§1º A avaliação será realizada por pesquisa de satisfação feita, no mínimo, a cada 1 (um) ano, ou por qualquer outro meio que garanta significância estatística aos resultados.

§2º O resultado da avaliação deverá ser integralmente publicado no sítio da Administração Pública, incluindo o ranking dos órgãos com mais incidência de reclamação de usuários, na periodicidade a que se refere o §1º deste artigo.

§3º O resultado da avaliação deverá servir como subsídio para reorientar os gestores públicos municipais e buscar melhorias aos serviços prestados, em especial quanto ao cumprimento dos compromissos e dos padrões de qualidade dos atendimentos divulgados na Carta de Serviços ao Usuário.

Art. 23. A avaliação de efetividade e dos níveis de satisfação dos usuários deverá ser disposta em regulamento específico.



## Capítulo V

### Das Disposições Finais

Art. 24. Os casos omissos e questões a serem dirimidas deverão ser encaminhados, obrigatoriamente, à análise e manifestação do titular da Controladoria Geral do Município.

Art. 25. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jarinu, 09 de novembro de 2023

Débora Cristina do Prado Belinello  
Prefeita Municipal

SEBASTIÃO BELARMINO DE MELO  
Chefe de Gabinete

### Lei nº 2254 de 09 de Novembro de 2023

Dispõe sobre abertura de Crédito Especial por Excesso de Arrecadação

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 268.357,08 (Duzentos e Sessenta e Oito Mil, Trezentos e Cinquenta e Sete Reais e Oito Centavos), conforme descrição abaixo.

02.15 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

02.15.02 DEPARTAMENTO DE CULTURA

33.90.48.00.0000 Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física .....112.550,00

33.90.41.00.0000 Contribuições ..... 155.807,08

Art. 2º. O crédito aberto terá cobertura através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

33.90.39.00.0000 Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica..... 84,09

33.90.31.00.0000 Premiações Culturais, artísticas, científicas, desportivas .....250.295,53

44.90.52.00.0000 Equipamento e Material Permanente .....17.977,46

Fonte 05 Federal

Aplicação (312.0015) Lei 195 de 07/2022 (Paulo Gustavo)

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jarinu, 09 de Novembro de 2023

Débora Cristina do Prado Belinello  
Prefeita Municipal

### GOVERNO | Sindicâncias Administrativas

#### RESULTADO FINAL DE SINDICÂNCIA:

EXTRATO DE JULGAMENTO. SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA N.º 3085/2023. PORTARIA N.º 12.389, DE 08 DE AGOSTO DE 2023. ACIDENTE DE TRÂNSITO. REPRESENTANTE C.G.S. CONTRA SERVIDOR PÚBLICO. AUSÊNCIA DE CULPA QUANTO AO INFORTUNIO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE TER AGIDO O CONDUTOR DA MÁQUINA COM NEGLIGENCIA, IMPRUDENCIA OU IMPERÍCIA NA MANOBRA REALIZADA. DECISÃO FINAL PELO ARQUIVAMENTO. JULGAMENTO 19/09/2023.

#### RESULTADO FINAL DE SINDICÂNCIA:

EXTRATO DE JULGAMENTO. SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA. PROTOCOLO 2.571/2023. PORTARIA 12.383, DE 04 DE OUTUBRO DE 2023. JULGAMENTO. IRREGULARIDADE. PRINCÍPIO DA ACESSORIEDADE. TOMADA DE CONTAS PRINCIPAL: 018707.989.19-0. ADITIVOS TCS 00006650.989.22-1; 00006653.989.22-8; 00006657.989.22-4; 00006662.989.22-7; 00006666.989.22-3; 00006672.989.22-5; 00015345.989.22-2. COOPERJARI COOPERATIVA MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR. DECISÃO PELA EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS. SERVIÇOS DE NATUREZA CONTÍNUA DEVIDAMENTE PRESTADA. IRREGULARIDADES QUANTO A FORMALIDADE CONTRATUAL SANADA. LEI MUNICIPAL N.º 2.180/2022, ARTIGOS 2º, 3º e 11. CONTRATOS QUE GERARAM ANÁLISE PELO TRIBUNAL DE CONTAS JÁ ENCERRADOS. DECISÃO DE 01/11/2023.

### ADMINISTRAÇÃO | Compras, Licitações e Contratos

#### AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO Nº072/2023

A Prefeitura Municipal de Jarinu, tornar público a abertura de prazo para cotação em que visa à contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva contemplando a troca de peças de eletrodomésticos e utensílios elétricos para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, por um período de 06 (seis) meses.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL: 14/11/2023

PRAZO FINAL: 17/11/2023

REGÊNCIA: ART. 75, §3º da LEI Nº 14.133/21.



LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar termo de referência no site [www.jarinu.sp.gov.br](http://www.jarinu.sp.gov.br), bem como, posteriormente, apresentar proposta de preços, através dos e-mails: [cotacao@jarinu.sp.gov.br](mailto:cotacao@jarinu.sp.gov.br) e [compras@jarinu.sp.gov.br](mailto:compras@jarinu.sp.gov.br)

FABIO MARIANO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2023

EDITAL Nº 073/2023 - PROCESSO ELETRÔNICO Nº 542/2023 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE LOUSAS E MURAL PARA AS UNIDADES ESCOLARES, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME DESCRITIVO CONSTANTE DO ANEXO I DESTE EDITAL.

## HOMOLOGAÇÃO

Homologo o procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 056/2023, do tipo menor preço por item, o objeto às empresas: Vambel Equipamentos para Escritório Ltda - Epp, itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 16 e 19; Advanced Comercio de Equipamentos Ltda - Epp, itens 10, 12, 13, 14, 15, 17, 18 e 20. Autorizo a lavratura dos respectivos Contratos.

Jarinu, 14 de novembro de 2023.

Cristiane Apª Buzo de Lima  
Secretária Municipal de Educação

## ADMINISTRAÇÃO | Portarias

### PORTARIA Nº 12.492, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

“PRORROGA POR 180 DIAS A VALIDADE DA PORTARIA Nº 12.295 DE 08/05/2023 da servidora municipal Sra. PRISCILA APARECIDA GARCIA”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR POR 180 DIAS A VALIDADE DA PORTARIA Nº 12.295 DE 08/05/2023, da servidora municipal Sra. PRISCILA APARECIDA GARCIA, portadora da Cédula de Identidade RG. 47.163.719-1-SSP/SP, CPF. 393.627.538-63 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 40722 Série 351-SP, para exercer a Função de Suporte de COORDENADOR DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 03/11/2023.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 06 de Novembro de 2023.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO  
Prefeita Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FABIO MARIANO  
Secretário Municipal de Administração

### PORTARIA Nº 12.493, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2023.

“DETERMINA ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELATADOS NO MEMORANDO Nº 3.588/2023”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita Municipal de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - DETERMINAR a abertura de SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELATADOS NO MEMORANDO nº 3.588/2023, sendo realizada pela Comissão Permanente de Sindicância, nomeada através da Portaria nº 11.756, de 25 de Abril de 2022, devendo que os trabalhos sejam concluídos no prazo estipulado no artigo 88 da Lei Complementar nº 129/2011.

Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 09 de Novembro de 2023.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO  
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FABIO MARIANO  
Secretário Municipal de Administração

### PORTARIA Nº 12.494, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2023.

“NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - N O M E A R os membros abaixo relacionados para compor a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

- FÁBIO MARIANO – Presidente
- MAURÍCIO ALAN BERTOLOTTI - Membro
- KLEYTON ROMERO DIAS - Membro



Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os efeitos da Portaria nº 12.210 de 03 de Março de 2023.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, em 09 de Novembro de 2023.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO  
Prefeita Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FABIO MARIANO  
Secretário Municipal de Administração

## PORTARIA Nº 12.495, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2023.

“NOMEIA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO PARA REALIZAÇÃO DE PREGÕES, CONFORME DISPOSTO NO DECRETO Nº 2.579 DE 22/01/2011.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - N O M E A R os Pregoeiros e Equipe de Apoio para a realização de Pregões conforme disposto no Decreto nº 2.579 de 22/01/2011:

- PREGOEIROS OFICIAIS:

- DANIELA EFFGEN SONETI LORENCINI
- VINICIUS PEIXOTO AFFONSO SILVA

- EQUIPE DE APOIO:

- GLAUCIA HELENA MATOS DUARTE NAKAYAMA
- JAYNE DOS SANTOS RODRIGUES
- VICTOR HUGO VICARI

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os efeitos da Portaria nº 12.211 de 03/03/2023.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 09 de Novembro de 2023.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO  
Prefeita Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FÁBIO MARIANO  
Secretário Municipal de Administração

## CONSELHOS MUNICIPAIS | Atos dos Conselhos

### Conselho Municipal de Saúde de Jarinu - Aviso de Formação da Comissão Eleitoral e Convocação para a Nova Eleição - Biênio 2024/2026

Em conformidade com a decisão deliberada na reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Jarinu, ocorrida em 25 de outubro de 2023, tornamos público o estabelecimento da Comissão Eleitoral (CE) responsável pela condução do processo eleitoral para o próximo biênio (2024/2026).

A Comissão Eleitoral é composta pelos seguintes membros:

- Cristiane de Jesus Fernandes - Convidada pelo Conselho Municipal de Saúde
- Elaine Cristina da Silva - Vice-presidente do Conselho Municipal de Saúde
- Luciano Augusto da Silveira Fernandes - Membro representante dos trabalhadores da saúde do Conselho Municipal de Saúde
- Cleber da Silva - Presidente do Conselho Municipal de Saúde

A função primordial desta comissão é garantir a transparência, lisura e democracia no processo eleitoral, assegurando que o Conselho Municipal de Saúde de Jarinu seja representativo e atenda plenamente aos interesses da comunidade.

O processo eleitoral para o biênio 2024/2026 será conduzido de acordo com as normas e regulamentos vigentes, e as datas específicas serão divulgadas em breve pela Comissão Eleitoral.

Convocamos a participação ativa de todos os membros do Conselho Municipal de Saúde, bem como da comunidade em geral, para que este processo eleitoral seja democrático e reflexo das necessidades e aspirações da população de Jarinu.

Atenciosamente,

Jarinu, 13 de Novembro de 2023

Cleber da Silva  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Jarinu

### Conselho Municipal de Saúde de Jarinu - Aviso de Nova Eleição - Biênio 2024/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Jarinu informa à população sobre a realização da nova eleição para o biênio 2024/2026, com os seguintes detalhes:

Período de Inscrição: De 13/11/2023 a 30/11/2023.

Horários de Inscrição: Das 09h às 11h e das 13h às 15h.





## Locais de Inscrição e Entrega das Inscrições:

- Unidade Básica de Saúde Campo Largo “Suly Ferreira” - Rua São Benedito, s/nº, Campo Largo
- Unidade Básica de Saúde Maracanã “Rafaelle Antonucci” - Av. Conceição, s/nº, Maracanã
- Unidade Básica de Saúde Nova Trieste “Talma Pinto da Silva” - Rua Turim, 385 - Vila Nova Trieste
- Unidade Saúde da Família Vila Primavera “Avelino do Rego Silva” - Av. Milton Viana, 588, Vila Primavera
- Ambulatório Central - Rua Júlio de Toledo, 95, Vila Rica
- Núcleo de Saúde - Avenida Prefeito Guilherme Zanoni, 87, Centro

Após o dia 30/11/2023, as fichas de inscrição serão recolhidas e analisadas. A eleição está programada para o dia 13/12/2023, e em breve a Comissão Eleitoral divulgará o local do pleito.

O Conselho Municipal de Saúde de Jarinu convoca todos os interessados a participar ativamente deste processo, contribuindo para a escolha de representantes comprometidos com a promoção da saúde em nossa comunidade.

Atenciosamente,

Cleber da Silva  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Jarinu